



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 3ª R M
COUDELARIA DE RINCÃO/CIR
(Dep. Remt de Valença/1930)**

JUSTIFICATIVAS E CERTIDÕES DIVERSAS

Processo Administrativo nº: 64442.000293/2026-56

Objeto: Aquisição de vacinas para Profilaxia Equina

NR da Licitação: 90006/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

CERTIDÃO DE SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Para os devidos fins, e em cumprimento ao disposto no Art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 12 do Decreto nº 11.246/2022, CERTIFICO que a designação dos agentes públicos para atuarem no processo em epígrafe atende ao princípio da segregação de funções.

A estrutura de responsabilidades foi definida de forma a garantir que as funções de planejamento, seleção e gestão contratual sejam exercidas por agentes distintos, conforme detalhado:

Fase de Planejamento (Preparatória): A responsabilidade pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, Análise de Riscos e Termo de Referência foi atribuída à Equipe de Planejamento da Contratação, formalmente designada pela Portaria Nr 05/2026 – OD/Coud Rincão, já juntada aos autos.

Fase de Seleção do Fornecedor (Externa): A condução da fase externa da licitação Pregão Eletrônico será de responsabilidade do Pregoeiro (Agente de Contratação) e Equipe de Apoio, designado pela Portaria Nr 06/2026 – OD/Coud Rincão.

Fase de Gestão Contratual: A fiscalização da execução da futura Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes será atribuída a um Fiscal de Contrato (titular e substituto), a ser designado formalmente em momento oportuno, cujas atribuições serão distintas das equipes de planejamento e seleção.

Atos de Decisão Superior: Os atos de autorização, adjudicação e homologação do processo, bem como a assinatura dos instrumentos, são de competência do Ordenador de Despesas, autoridade designada pela Portaria 743 do Diário Oficial da União, de 12 de junho de 2023 e ratificada pelo Boletim Interno Especial nº 01, de 05 de janeiro de 2024, atuando como linha de defesa e autoridade supervisora.

Certifico, por fim, que não há sobreposição indevida de funções entre os agentes responsáveis pelo planejamento, pela seleção do fornecedor e pela fiscalização contratual, garantindo que as atividades de execução, controle e autorização sejam desempenhadas por agentes públicos distintos, mitigando-se os riscos de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

CERTIDÃO DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA TERMO DE REFERÊNCIA DIGITAL (TR DIGITAL)

Para os devidos fins, e em cumprimento ao disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de agosto de 2022, a Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria Nr 05/2026 – OD/Coud Rincão, CERTIFICA que o Termo de Referência que instrui o presente processo foi elaborado por meio do Sistema TR Digital, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

Certificamos, ainda, que o documento foi gerado em observância às regras, procedimentos e funcionalidades do referido sistema, garantindo a padronização e a conformidade do artefato com as exigências legais e normativas vigentes para a contratação de bens.

CERTIDÃO DE UTILIZAÇÃO DE MINUTAS PADRONIZADAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)

Para os devidos fins, e em cumprimento ao disposto no Art. 19, IV, da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA que os seguintes documentos que instruem o processo em epígrafe foram elaborados com base nas minutas padronizadas disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União (AGU):

Termo de Referência:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

Edital de Pregão Eletrônico:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Minuta da Ata de Registro de Preços:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Lista de Verificação

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Lista de Verificação de Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC – Lei 14.133/21

Atualização: SET/2024

LEGENDA PARA IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÕES

Certificamos, ainda, que todas as alterações, preenchimentos e adequações promovidas nos modelos padronizados foram realizadas pela Equipe de Planejamento e estão devidamente destacadas para facilitar a análise dos setores de controle, seguindo a seguinte legenda:

- Texto em AZUL: Mero preenchimento das lacunas existentes no modelo padrão.
- Texto em VERDE: Adaptação ou ajuste de cláusulas do modelo padrão para adequá-las às especificidades da contratação.
- Texto em VERMELHO: Inclusão de textos, cláusulas ou itens não previstos no modelo padrão.
- TEXTO TACHADO: Parágrafos ou trechos do modelo padrão que foram suprimidos, seguidos da respectiva justificativa para a exclusão em cor cinza/italico.

A adoção dos modelos padronizados e a sinalização das alterações visam conferir maior celeridade, eficiência e segurança jurídica ao processo licitatório.

CERTIDÃO DE CARACTERIZAÇÃO DE BENS COMUNS E VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE LUXO

Para os devidos fins, e em cumprimento ao disposto no Art. 6º, XIII, e no Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto nº 10.818/2021, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA o que se segue:

Os itens que compõem o objeto da presente contratação (vacinas) são classificados como bens de consumo COMUNS, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e por normas técnicas de órgãos reguladores, não possuindo características de exclusividade ou sofisticação.

Em atendimento à vedação expressa no Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, certificamos que os referidos bens são de qualidade comum, não superiores à estritamente necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, sendo indispensáveis para a execução de atividades finalísticas e de apoio desta Organização Militar. Os itens não apresentam características de ostentação, opulência, requinte ou luxo, não excedendo o necessário para o desempenho da função pública.

Pelo exposto, a Equipe de Planejamento atesta que o objeto da presente contratação não se enquadra na categoria de bens de luxo.

A presente certidão reflete a análise técnica e o enquadramento legal dos itens planejados para a contratação.

CERTIDÃO DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para os devidos fins, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA o que se segue:

O Termo de Referência que instrui o processo em epígrafe foi analisado quanto à eventual existência de informações que se enquadrem nas hipóteses legais de sigilo, previstas nos Art. 22 e 23 da referida Lei.

Após a análise, certificamos que o referido documento não contém informações de caráter sigiloso, como segredos industriais, informações estratégicas de defesa nacional, ou informações pessoais protegidas, que justifiquem a restrição de seu acesso.

Portanto, em alinhamento com o princípio da publicidade que rege os atos da Administração Pública e os processos licitatórios (Art. 3º da Lei nº 14.133/2021 e Art. 3º da Lei nº 12.527/2011), o Termo de Referência é classificado como OSTENSIVO / PÚBLICO.

CERTIDÃO CONJUNTA DE ALINHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E DE PLANEJAMENTO

Para os devidos fins, e em atendimento às exigências da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislações correlatas, nós, membros da Equipe de Planejamento da Contratação, CERTIFICAMOS:

QUANTO À CONTEMPLAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA): A presente contratação encontra-se devidamente registrada no Plano de Contratações Anual (PCA) desta Unidade Gestora para o ano de 2025, sob o código 160514-26/2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022. Destaca-se que não se aplica ao presente a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU, e que a contratação não se enquadra nas exceções à obrigatoriedade de registro previstas no art. 7º do referido Decreto.

QUANTO À COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO): A despesa oriunda desta contratação, classificada como despesa corrente de custeio para a manutenção de atividades finalísticas da Organização Militar, é compatível com as prioridades e metas governamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente, em conformidade com o Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

QUANTO À COMPATIBILIDADE COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS (LOA): Em atendimento ao Art. 40, V, "c", da Lei nº 14.133/2021, manifestamos que, por se tratar de uma contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP), não há impacto orçamentário imediato no valor total estimado. Contudo, a natureza

da despesa é compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA), e a verificação da existência de crédito orçamentário para cobrir cada despesa específica será realizada em momento oportuno, previamente à emissão de cada Nota de Empenho decorrente da Ata de Registro de Preços.

A presente certidão reflete a análise de conformidade do planejamento da contratação com os instrumentos de planejamento e orçamento da Administração Pública Federal.

CERTIDÃO DE ALINHAMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Para os devidos fins, e em estrito cumprimento ao disposto no Art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de agosto de 2022, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA que o Termo de Referência que instrui o processo em epígrafe foi elaborado em total alinhamento com os seguintes instrumentos de planejamento desta Administração:

Plano de Contratações Anual (PCA): A contratação está devidamente registrada no PCA 2026 desta Unidade Gestora, sob o código 160514-26/2026, e o Termo de Referência reflete fielmente o objeto e as especificações nele planejados.

Plano de Gestão Ambiental (PGA): O Termo de Referência está em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental (PGA) 2026 desta Organização Militar. As especificações do objeto e as obrigações da futura contratada incorporam os critérios de sustentabilidade aplicáveis, em especial as exigências de logística reversa e de regularidade ambiental dos fornecedores, conforme preconiza o referido Plano.

Outros Instrumentos de Planejamento Estratégico: O objeto da contratação e os resultados pretendidos estão alinhados com as necessidades estratégicas da Coudelaria de Rincão, visando garantir a continuidade de suas atividades finalísticas.

CERTIDÃO DE OBSERVÂNCIA AO DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019 (COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE DESPESA DE CUSTEIO)

Para os devidos fins, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA o que se segue:

A contratação em epígrafe, que visa a aquisição de vacinas para profilaxia equina para a manutenção das atividades finalísticas e de apoio desta Organização Militar, é classificada como atividade de custeio.

O valor total estimado para a contratação é de R\$ 949.220,00 (novecentos e quarenta e nove mil, duzentos e vinte reais), enquadrando-se, portanto, na hipótese prevista no § 3º do Art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, que estabelece a competência para autorização de contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Certificamos, assim, que a autoridade competente para autorizar a celebração e a eventual prorrogação do contrato decorrente deste processo é o Ordenador de Despesas da Coudelaria de Rincão, na condição de chefe desta unidade administrativa, por delegação, atendendo plenamente aos requisitos de competência estabelecidos no referido Decreto.

CERTIDÃO DE COMPATIBILIDADE DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E PAGAMENTO COM O SETOR PRIVADO

Para os devidos fins, e em observância aos princípios da eficiência e da atratividade do certame, em linha com as práticas de mercado, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA o que se segue:

As condições de pagamento estabelecidas no Termo de Referência para a presente contratação preveem que o pagamento ocorrerá após a entrega e o recebimento definitivo de cada parcela do objeto. O ciclo se dará mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal pela contratada, seguida do devido processo de liquidação da despesa e observância da ordem cronológica de pagamentos, conforme Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

Certificamos que este modelo de pagamento, condicionado à prévia execução e aceitação do objeto, é análogo e compatível com as práticas comerciais comumente adotadas no setor privado para o fornecimento de bens, onde o faturamento e o prazo para quitação ocorrem após a entrega da mercadoria.

A metodologia de pagamento adotada cumpre a regra geral da Administração Pública, que veda o pagamento antecipado (Art. 145 da Lei nº 14.133/2021), e se assemelha às condições usuais nas relações entre empresas, não impondo ônus ou condições atípicas que possam restringir a participação de fornecedores.

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A vedação à participação de consórcios no presente certame fundamenta-se na natureza e na baixa complexidade do objeto licitado. Trata-se de fornecimento de bens de consumo comuns (vacinas), cuja execução não demanda a conjugação de múltiplas especialidades técnicas ou capacidades econômico-financeiras que justifiquem a formação de um consórcio. O mercado possui ampla gama de empresas que podem, individualmente, atender à totalidade da demanda. Desta forma, a permissão de consórcios não traria benefício competitivo e, ao contrário, acarretaria um aumento desnecessário na complexidade da fiscalização e da gestão contratual, sem ganhos de qualidade ou economicidade para a Administração.

JUSTIFICATIVA SOBRE O MOMENTO DA DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA LICITAÇÃO

Para os devidos fins, e em atendimento ao que dispõe o Art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e o Art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73/2022, a Equipe de Planejamento da Contratação apresenta a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento estimado para o processo em epígrafe.

Para a presente licitação, a Equipe de Planejamento optou por NÃO ATRIBUIR caráter sigiloso ao orçamento estimado. O valor estimado da contratação, portanto, será público e constará expressamente no Edital e no Termo de Referência como o valor máximo aceitável para a contratação de cada item.

A decisão pela publicidade imediata do orçamento se fundamenta nos seguintes pontos:

Princípio da Máxima Transparência: A divulgação do valor de referência se alinha ao princípio da publicidade, que é a regra geral para os atos da Administração Pública. O sigilo do orçamento é uma exceção que, neste caso, não se justifica.

Natureza do Objeto: Por se tratar de bens comuns, com mercado competitivo e preços relativamente padronizados, a divulgação do valor máximo aceitável serve como um balizador para os licitantes, contribuindo para a eficiência do certame e evitando a apresentação de propostas com valores excessivos.

Ausência de Prejuízo à Competição: Não foram identificados riscos de que a divulgação prévia do orçamento possa, de alguma forma, inibir a obtenção de propostas mais vantajosas. Pelo contrário, espera-se que a transparência sobre o valor máximo fomente uma disputa de preços mais objetiva e alinhada à realidade orçamentária da Administração.

Pelo exposto, justifica-se a opção pela publicidade do valor estimado da contratação, que constará dos instrumentos convocatórios.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

Para os devidos fins, e em atendimento aos princípios da padronização, da eficiência e da economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, em especial em seus Arts. 40, § 1º, e 43, a Equipe de Planejamento da Contratação DECLARA o que se segue:

A presente contratação observa o princípio da padronização, que busca uniformizar as aquisições e especificações no âmbito da Administração Pública.

O atendimento a este princípio se materializa das seguintes formas neste processo:

a) Utilização do Catálogo de Materiais (CATMAT): A especificação de todos os itens do objeto foi realizada com base no Catálogo de Materiais do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), utilizando-se os códigos padronizados para cada produto. Esta medida assegura a uniformidade da descrição e a compatibilidade com o padrão adotado em toda a Administração Pública Federal.

b) Adoção de Padrões de Mercado: As especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência correspondem a padrões usuais e consolidados no mercado para cada tipo de material, sem a inclusão de características restritivas, atípicas ou que direcionem a contratação para uma marca ou fornecedor específico.

c) Padronização Interna da Demanda: A realização desta licitação, por meio de um único processo para atender à demanda consolidada da Organização Militar, representa um esforço de padronização interna, evitando aquisições fracionadas e com especificações divergentes pelos diversos setores da Coudelaria, o que gera economia de escala e eficiência administrativa.

Pelo exposto, declara-se que a presente contratação está em conformidade com o princípio da padronização.

CERTIDÃO DE ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO

Para os devidos fins, e em atendimento ao Art. 40, V, 'b', da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento da Contratação CERTIFICA que a análise sobre o parcelamento do objeto foi devidamente realizada durante a fase de planejamento.

A justificativa detalhada para a adoção do parcelamento da contratação, com adjudicação por item, encontra-se registrada no Tópico 9 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), já juntado aos autos deste processo.

A decisão foi pautada na busca pela ampliação da competitividade e na análise das características distintas do mercado fornecedor para cada tipo de gás, em plena conformidade com a legislação.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA

1. Fundamentação Legal e Doutrinária A obrigatoriedade da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para ME/EPP, prevista no Art. 48, III, da LC nº 123/2006, é afastada quando presente qualquer das hipóteses do **Art. 49** da mesma Lei Complementar. No presente caso, aplicam-se os incisos II e III:

- Art. 49, II: "não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto";
- Art. 49, III: "a natureza do bem, serviço ou insumo for incompatível com o tratamento diferenciado".

2. O Princípio da Padronização (Art. 40, V, "a" da Lei 14.133/21) A Coudelaria de Rincão possui uma atividade-fim singular: a reprodução e doma de equinos de alto valor zootécnico para o Exército Brasileiro. A aplicação de doses de vacinas de diferentes fabricantes (provenientes da divisão entre cota principal e reservada) para o mesmo rebanho fere o **Princípio da Padronização**.

- Diferentes marcas de vacinas podem possuir adjuvantes, cepas e tecnologias de fabricação distintas, o que impossibilita a rastreabilidade precisa de reações adversas e pode comprometer a imunidade de grupo (imunidade de rebanho).

3. Risco Logístico e Operacional (Contexto Geográfico) Considerando que a Unidade está a **50km de São Borja/RS**, com metade do trajeto em estrada não pavimentada, a fragmentação da entrega entre dois fornecedores distintos (um para a cota ampla e outro para a reservada) eleva drasticamente o risco de:

- **Ruptura na Cadeia de Frio:** O transporte de imunobiológicos exige rigoroso controle de temperatura. Dois fornecedores significam o dobro de operações de descarga e riscos de manuseio em local de difícil acesso.
- **Incompatibilidade de Lotes:** O recebimento de lotes fracionados dificulta a gestão sanitária e o controle de prazos de validade pelo Oficial de Gestão Ambiental e médicos veterinários da OM.

4. Sustentabilidade e Gestão de Resíduos Conforme o **Plano de Gestão Ambiental (PGA)** da OM e o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, a contratação de vacinas deve prever a **Logística Reversa** das embalagens e frascos (resíduos de serviços de saúde - Grupo A).

- Manter um único fornecedor para a totalidade do item garante que o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) seja executado de forma unificada e eficiente, evitando o conflito de responsabilidades sobre a coleta dos resíduos infectantes entre empresas distintas

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DA FORMA ELETRÔNICA

Certifico, para os devidos fins, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que regulamenta o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e conforme previsto no art. 12, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que o presente processo administrativo está sendo integralmente conduzido em meio eletrônico.

O processo tramita no sistema SPED 3.0 (Sistema de Processo Eletrônico do Exército Brasileiro), plataforma oficial adotada por esta Organização Militar, que assegura:

A organização, tramitação e guarda dos autos digitais, com segurança e integridade;

A assinatura digital de todos os documentos, utilizando-se de certificados digitais no padrão ICP-Brasil;

A inclusão de documentos digitalizados em formato pesquisável (OCR), nos casos em que o conteúdo não é originalmente digital;

O controle de versões, registros de movimentações e rastreabilidade das ações administrativas.

A adoção do meio eletrônico atende aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade, reduzindo o uso de papel e promovendo a modernização da gestão pública.

DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação fundamenta-se no art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e é regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

A escolha pelo SRP justifica-se por ser a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração, enquadrando-se nas seguintes hipóteses do art. 3º do referido Decreto

Inciso I: A contratação possui características que indicam a necessidade de aquisições permanentes ou frequentes.

Inciso II: É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida.

Inciso V: Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

Conclusão da Vantajosidade:

A utilização do SRP, no presente caso, demonstra-se a opção mais vantajosa, pois otimiza o fluxo orçamentário, permite aquisições fracionadas conforme a real necessidade e disponibilidade, reduz a necessidade de múltiplos processos licitatórios para o mesmo objeto durante a vigência da ata e melhora a gestão de estoque, fator logístico crítico para esta Organização Militar.

DISPONIBILIZAÇÃO OU NÃO DA IRP

DA DISPENSA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

A realização do procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensada, com fundamento no art. 9º, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

A dispensa se justifica, pois, esta Coudelaria de Rincão (UG 160514), na qualidade de Órgão Gerenciador, não identificou, na fase de planejamento prévia, outros órgãos para participação imediata como Órgãos Participantes, sendo o objeto da contratação prioritariamente voltado para atender à sua demanda interna e específica atividade-fim

DA ADESÃO ("CARONA"):

Não obstante a dispensa da IRP para fins de planejamento interno, a Coudelaria de Rincão (UG 160514), com base no Art. 86 da Lei nº 14.133/2021, e em cumprimento aos princípios da eficiência e da economicidade, informa que o Edital de Licitação autorizará a adesão por órgãos e entidades não participantes

("carona") à Ata de Registro de Preços, respeitados os limites e as condições estabelecidas no Art. 31 do Decreto nº 11.462/2023, sendo essa uma decisão administrativa discricionária do Órgão Gerenciador.

DA SUBSTITUIÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

A formalização do instrumento contratual para o objeto desta licitação, destinado à aquisição de vacinas para profilaxia equina será realizada mediante a emissão de Nota de Empenho de Despesa.

Esta decisão está em estrita conformidade com o Art. 95, caput, e seu § 2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelecem a regra geral para a formalização:

1.Regra Geral: A formalização do contrato é substituída por instrumento hábil (Nota de Empenho, autorização de compra, ordem de execução de serviço, etc.) nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens ou nos casos de contratações de valor inferior ao limite da dispensa de licitação (Art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021).

2.Enquadramento para a Coudelaria de Rincão (UG 160514):

Natureza do Objeto: Os materiais registrados são bens fungíveis e adquiridos por meio de contratações de escopo definido, não havendo complexidade, riscos associados ou regime de dedicação exclusiva que exija um instrumento contratual mais elaborado.

Entrega: As futuras contratações derivadas da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por emissão de Nota de Empenho, que conterá todas as condições essenciais da contratação, inclusive as cláusulas de preço, prazos, condições de entrega e de pagamento dispostas no Edital e na Ata, conforme o Art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a emissão da Nota de Empenho, acrescida da Ata de Registro de Preços e dos Termos de Referência, constitui o instrumento hábil para formalizar a relação contratual, garantindo a necessária segurança jurídica e a eficiência administrativa.

São Borja/RS, na data da assinatura eletrônica

CASSIA BAGOLIN DA SILVA - 1º Ten OVT
Membro da Equipe de Planejamento

ALISON RAFAEL FOGLIARINI LISBOA - 1º Sgt Eng
Membro da Equipe de Planejamento

JOÃO ARTUR DORNELES PINTO - Cb
Membro da Equipe de Planejamento